

O DISCURSO COMO PRODUTOR DA SEXUALIDADE E DO CORPO VIGIADO: MICHEL FOUCAULT E O CURSO DE SÃO PAULO (1975)

DISCURSO COMO PRODUCTOR DE LA SEXUALIDAD Y DEL CUERPO VIGILADO: MICHEL
FOUCAULT Y EL CURSO DE SÃO PAULO (1975)

DISCOURSE AS PRODUCER OF SEXUALITY AND THE SURVEILLED BODY: MICHEL
FOUCAULT AND THE SÃO PAULO COURSE (1975)

Marília Amorim*

Priscila Piazzentini Vieira**

Universidade Federal do Paraná

RESUMO: Propomos, neste artigo, uma reflexão sobre a “Primeira Aula” dada por Michel Foucault no Curso pronunciado na Universidade de São Paulo (USP), em outubro de 1975. A temática da sua fala foi a genealogia do saber moderno sobre a sexualidade. Privilegiamos, especialmente, a crítica que ele realizou à “hipótese repressiva” e a sua noção de “micropoderes”, prestando atenção no jogo entre o silenciamento e a proliferação dos discursos. Além disso, destacamos o contexto em que Foucault visita o Brasil: o da ditadura civil-militar, do assassinato do jornalista Vladimir Herzog, ocorrido em 25 de outubro de 1975, e da missa ecumênica realizada em sua homenagem, com a presença de Foucault. Com isso, ressaltamos os dois principais objetivos deste texto. O primeiro deles é compreender como o conteúdo da “Primeira Aula” de Foucault na USP pode ser relacionado com dois mecanismos produtores da sexualidade no Brasil: nomear e patologizar as práticas sexuais consideradas desviantes. O segundo é verificar como o modo de funcionamento das relações de poder na ditadura brasileira, com ênfase para o Serviço Nacional de Informações (SNI) e suas redes de informação e monitoramento, incitou a produção de uma carta-manifesto e o cancelamento de aulas, bem como produziu um corpo vigiado: o do próprio Foucault.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso foucaultiano. Implantação perversa. Vigilância. Ditadura brasileira.

* Doutora em História na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: priscilav@gmail.com.

** Doutoranda em História na Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: mamorim1997@gmail.com.

RESUMEN: Este artículo propone una reflexión sobre la “Primera Clase” impartida por Michel Foucault en el curso realizado en la Universidad de São Paulo (USP) en octubre de 1975, cuyo tema central fue la genealogía del saber moderno sobre la sexualidad. Se privilegia la crítica a la “hipótesis represiva” y la noción de “micropoderes”, destacando la relación entre silenciamiento y proliferación discursiva. El análisis sitúa la visita de Foucault en el contexto de la dictadura civil-militar brasileña, el asesinato del periodista Vladimir Herzog y la misa ecuménica realizada en su memoria. El artículo persigue dos objetivos: comprender cómo el contenido de la “Primera Clase” se relaciona con mecanismos de producción de la sexualidad en Brasil, como la nominación y la patologización, y analizar cómo las relaciones de poder durante la dictadura produjeron un cuerpo vigilado, el del propio Foucault.

PALABRAS CLAVE: Discurso foucaultiano. Vigilancia. Dictadura brasileña. Sexualidad.

ABSTRACT: This article proposes a reflection on the “First Lecture” delivered by Michel Foucault in the course given at the University of São Paulo (USP) in October 1975, whose central theme was the genealogy of modern knowledge on sexuality. It focuses particularly on Foucault’s critique of the “repressive hypothesis” and on his notion of “micropowers,” paying close attention to the interplay between silencing and the proliferation of discourses. The analysis also situates Foucault’s visit to Brazil within the context of the civil-military dictatorship, the murder of journalist Vladimir Herzog on 25 October 1975, and the ecumenical service held in his memory, which Foucault attended. In this context, the article pursues two main objectives. First, it seeks to understand how the content of Foucault’s “First Lecture” at USP can be related to two mechanisms that produce sexuality in Brazil: the naming and pathologization of sexual practices considered deviant. Second, it examines how the functioning of power relations under the Brazilian dictatorship — particularly through institutions such as the National Information Service (SNI), and their networks of surveillance and information—incited the production of a manifesto-letter and the suspension of classes, while simultaneously producing a surveilled body: Foucault’s own.

KEYWORDS: Foucauldian discourse. Perverse implementation. Surveillance. Brazilian dictatorship.

1 INTRODUÇÃO

O Curso de Foucault na Universidade de São Paulo (USP) chegou até nós quarenta e nove anos após a sua realização e ainda não tem tradução para o português. Ele integra a publicação *Généalogies de la sexualité* que, além das quatro aulas ministradas em São Paulo, contempla conferências dadas nas Universidades de Berkeley e de Columbia, nos Estados Unidos, em 1975. Philippe Artières (2016), em *Fazer a experiência da fala*, ressalta como o ano de 1994, com a publicação dos quatro volumes dos *Ditos e escritos*, foi um marco para termos acesso à fala de Foucault (1994). A partir daí, também tomaríamos contato não somente com os seus cursos no *Collège de France*, mas também em territórios bem distantes da Europa, como é o caso de São Paulo. Com isso, perguntamos: haveria diferença entre a escrita e a fala de Foucault? Como refletir sobre a concepção de discurso, tão famosa em seu pensamento, sendo que o “[...] *corpus* foucaultiano praticamente dobrou desde a morte do filósofo, em 1984”? (Artières, 2016, p. 14). O historiador francês reflete sobre a diversidade trazida pelo discurso oral em Foucault:

[...] esse duplo acontecimento editorial revelou a todos a extraordinária diversidade de registros de linguagem mobilizados pelo filósofo em seu percurso e, através dela, a força de seu investimento no discurso oral. Em outros termos, essa diversidade mostra como existe não apenas uma estratégia da tomada da palavra em Foucault, mas também, e sobretudo, uma permanente busca ética da palavra. O mais belo testemunho dessa atitude é decerto tê-la transformado, no final de seu ensino, numa questão filosófica, a do “dizer verdadeiro” (Artières, 2016, p. 15).

Apoiadas nessas palavras, entendemos que a concepção de discurso em Foucault não diz respeito somente à dita “fase arqueológica” e a obras como *A arqueologia do saber* (Foucault, 2008) ou, até mesmo, aos seus denominados trabalhos genealógicos, como *História da sexualidade I: a vontade de saber* (Foucault, 2007). *O que é um autor?* (Foucault, 1992) e *A ordem do discurso* (Foucault, 1996), duas das produções mais comentadas do filósofo para compreender a sua noção de discurso, são justamente frutos de conferência e aula inaugural, respectivamente. Quanto ao “dizer verdadeiro”, isto é, a coragem de falar a verdade a um superior, correndo um risco, Foucault falou sobre ele em inúmeras aulas e conferências, muitas destas estudadas por uma das autoras deste artigo (Vieira, 2015). Levando isso em consideração, destacamos que o dizer verdadeiro e os modos de vida não estão dissociados no pensamento

e na prática intelectual de Foucault, ainda mais se lembrarmos de suas reflexões, nos anos de 1980, sobre a ética antiga. Ou seja, a formulação do discurso foucaultiano atravessa toda a sua obra. Em outros termos, o discurso oral é tanto um meio para acessar os seus trabalhos mais recentemente editados quanto tema da sua própria reflexão.

2 O CURSO DE FOUCAULT NA USP E A CRÍTICA DA HIPÓTESE REPRESSIVA

Quanto ao curso dado na USP, Lorenzini, Fruchaud e Davidson (2024, p. 18-35), os introdutores de *Généalogies de la sexualité*, destacam os principais temas discutidos por Foucault: na primeira aula, ele explicita a crítica à “hipótese repressiva”, a noção de “micropoderes” e, nas próximas, ele tematiza a técnica da confissão, tanto na Idade Média quanto na direção de consciência e na sexualização dos corpos nos séculos XVI e XVII. Ainda, a intenção de Foucault era ministrar sete aulas, mas, por um acontecimento que emerge na cena brasileira – o assassinato de V. Herzog – ele realizou somente quatro sessões. Voltaremos a esse tema posteriormente neste artigo, quando nos dedicarmos a pensar o próprio corpo de Foucault como alvo de monitoramento pelos aparatos da vigilância militar brasileira.

Retomamos, aqui, o que Marcelo Hoffman (2024) defende em *Foucault in Brazil [Foucault no Brasil]*: os conteúdos discutidos por Foucault em suas estadias no país não estavam desconectados do contexto ditatorial brasileiro. Com o Curso na USP, em 1975 e, de maneira mais específica, a sua “Primeira Aula”, não será diferente. À primeira vista, a fala de Foucault contra a “hipótese repressiva”, que era referência conceitual não somente para a Revolução Sexual em curso e para os estudos sobre a sexualidade, mas também para pensar o modo como o poder era concebido no Ocidente, não poderia estar mais apartada da realidade brasileira daquele momento. Foucault (2024, p. 109) interroga a plateia da Universidade de um país governado por um regime civil-militar que reprimia, perseguia e assassinava seus opositores: “será que a história do que foi dito sobre a sexualidade, desde a casuística cristã até Freud [...] pode ser feita de uma forma eficaz, de uma forma legítima e adequada se nos basearmos nos chamados mecanismos repressivos?”¹.

Sobre a “hipótese repressiva”, Foucault explica que, para fazer a história da relação entre o poder político e a sexualidade, a noção de repressão sempre predominava. Para exemplificar, ele (Foucault, 2024, p. 119) se refere ao trabalho sobre a infância e a família do historiador da Escola dos Annales, Philippe Ariès (1981), escrito em 1960. Ariès defende que, na Idade Média, havia certa tolerância em relação à sexualidade infantil. Porém, logo depois, teria surgido uma era de obscuridade e, provoca Foucault, teríamos tido que esperar até Freud para sairmos dela. Assim, Foucault (2024, p. 117) não quer sucumbir à seguinte tentação: a de “[...] escrever uma história política da sexualidade que seria uma história da repressão”². Durante a aula, inclusive, Foucault (2024, p. 118) menciona que havia tentado começar a elaborar essa história da sexualidade quinze anos antes, logo após a escrita de *História da loucura* (Foucault, 2019), em 1961, e não pôde fazê-la, já que: “[...] os documentos faltavam, a prática sexual era algo que não deixava traços: gestos mudos, amores sem discurso, práticas obscuras e secretas, como tudo isso poderia resultar [em um livro]?”³.

Foucault conta aos ouvintes que, agora percebia, não havia sido por falta de documentação que essa história não havia sido escrita, mas porque ele mesmo estava preso no esquema da “hipótese repressiva”, a qual ele encontra em Wilhelm Reich, Marcuse, Reimut Reiche e Van Ussel. O confronto de Foucault com esses autores sempre esteve mais presente explicitamente nas aulas de seus cursos, como *Em Defesa da Sociedade* (Foucault, 2005a), do que em *A vontade de saber* (Foucault, 2007) e *História da sexualidade II: O uso dos prazeres* (2006). No Curso na USP, ele ensina sobre o modelo da “hipótese repressiva”:

Em que consiste esse modelo? Ele pode ser resumido, em poucas palavras, da seguinte forma: para todos nós, ou quase todos, vivemos, aproximadamente desde o século XVIII, sob um regime de sexualidade que pode ser

¹ Texto original: “[...] est-ce que l'histoire de ce qui s'est dit à propos de la sexualité depuis la casuistique chrétienne jusqu'à Freud [...] peut être faite d'une façon suffisante, d'une façon légitime et adéquate si on la centre sur les soi-disant mécanismes de la répression?” (todas as traduções dos textos ainda não traduzidos para o português foram realizadas pelas presentes autoras).

² Texto original: “[...] écrire une histoire politique de la sexualité qui serait une histoire de la répression”.

³ Texto original: “[...] c'est que les documents manquaient, que la vie sexuelle, la pratique sexuelle étaient finalement des choses qui ne laissaient pas de traces: gestes muets, amours sans discours, pratiques sombres et secrètes, comment est-ce que tout cela pourrait-il faire [un livre]”.

descrito em uma única palavra: grotesco. A figura grotesca da Rainha Vitória, essa puritana imperial, poderia servir como emblema de nossa sexualidade infeliz, muda e hipócrita. Mais precisamente, nesse modelo, amplamente aceito desde Reich, pressupõe-se que uma certa franqueza sexual prevaleceu até aproximadamente o início do século XVII; e por franqueza, devemos entender, por um lado, um discurso livre de reservas ou disfarces, mas também uma prática sexual desinibida, uma prática sexual que era, de certa forma, aberta e franca. (Foucault, 2024, p. 118)⁴.

Percebemos que ele envolve a plateia em um discurso irônico que se tornaria marcante para definir a “hipótese repressiva” e que, inclusive, estaria bastante presente no início de *A vontade de saber*. Tal crítica se conecta com o que ele mesmo já havia defendido, cinco anos antes, sobre a “ordem do discurso”, produzindo uma continuidade e uma ruptura em seu próprio pensamento: de um lado, ressaltamos que há continuidade, pois vemos uma crítica aos conceitos de “repressão” e de “recalque”. Prestemos atenção a um dos princípios de seu método para ler o discurso: o de descontinuidade. Foucault (1996, p. 52-53) defende que:

[...] o fato de haver sistemas de rarefação não quer dizer que por baixo deles e para além deles reine um discurso ilimitado, contínuo e silencioso que fosse por eles reprimido e recalado e que nós tivéssemos por missão descobrir restituindo-lhe, enfim, a palavra. Não se deve imaginar, percorrendo o mundo e entrelaçando-se em todas as suas formas e acontecimentos, um não-dito ou um impensado que se deveria, enfim, articular ou pensar. Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram e se excluem.

Porém, por outro lado, destacamos que há descontinuidade, pois Foucault ainda se apoiava, de certa maneira, nessa conexão entre interdição e sexualidade. Isso porque, em 1970, Foucault (1996, p. 9-10) apresenta a hipótese de que, em toda sociedade, a produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por alguns procedimentos. O mais conhecido por nós seria o da interdição, já que ninguém tem o direito de dizer tudo, não se pode falar tudo em qualquer circunstância e qualquer um não pode falar qualquer coisa. Foucault ainda menciona três tipos de interdições: tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala. E é, nessa ocasião, que ele comenta que, na atualidade dele, as regiões onde a grade seria mais fechada são a sexualidade e a política. Ele, por fim, defende que, por mais que os discursos aparentemente sejam pouca coisa, as interdições revelam sua ligação com o desejo e com o poder. Foucault reverencia, além de tudo isso, o que a psicanálise já havia mostrado: o discurso não é só aquilo que manifesta ou oculta o desejo, mas também aquilo que é o objeto do desejo. Ele ainda tomava como dadas, assim, características cruciais da “hipótese repressiva” que, depois, ele contestaria.

3 A DITADURA BRASILEIRA E O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE

Anos mais tarde, a historiografia produzida sobre a ditadura civil-militar brasileira (Green; Quinalha, 2014) teria sua argumentação apoiada largamente no binômio repressão e resistência ao tratar das ditas “homossexualidades”, valorizando a “hipótese repressiva”. Exemplo disso é o *Texto 7 - Ditadura e homossexualidades*, do *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* (Brasil, 2014). O texto defende que, ao relacionar as “homossexualidades” à esquerda e à subversão, uma política de Estado formalizada havia legitimado: “[...] a violência direta contra as pessoas LGBT, as violações de seu direito ao trabalho, seu modo de viver e de socializar, a censura de ideias e das artes que ofereciam uma percepção mais aberta sobre a homossexualidade e a proibição de qualquer organização política desses setores” (Green; Quinalha, 2014, p. 301). Mesmo que o vocabulário do modelo da “hipótese repressiva” predomine, como as expressões “violação”, “censura” e “proibição”, o texto também reconhece que as redes de perseguição e eliminação dos perseguidos envolvia “[...] a representação do homossexual como nocivo, perigoso e contrário à família, à moral prevalente e aos ‘bons costumes’” (Green; Quinalha, 2014, p. 301). Além disso, acrescenta que: “Existiam outras influências nessa ideologia que condenava a homossexualidade como imoral e como uma perversão – discursos médico-legais, ideias católicas tradicionais e valores

⁴ Texto original: “Ce schéma, en quoi consiste-t-il? On peut le résumer ainsi en quelques mots en disant ceci: pour eux tous, ou à peu près, nous vivons et nous avons vécu, depuis en gros le XVIII^e siècle, sous un régime de sexualité qu’on peut appeler d’un mot: bougon. La figure bougonne de la Reine Victoria, de cette impériale bégueule, pourrait servir de blason à notre sexualité malheureuse, muette et aussi hypocrite qu’elle le fut. D’une façon plus précise, dans ce schéma, admis en gros depuis Reich, on suppose qu’une certaine franchise sexuelle aurait eu cours jusqu’au début en gros du XVII^e siècle; et par franchise il faut entendre, d’une part, un discours bien sûr sans réticences ni déguisements, mais également une pratique sexuelle non réprimée, une pratique sexuelle en quelque sorte de plein air et de franchise”.

conservadores sobre comportamento de gênero” (Green; Quinalha, 2014, p. 302). Essas redes davam suporte para as iniciativas repressivas do Estado brasileiro e para a limpeza da cidade de São Paulo, realizada pela retirada das ruas de, como consta nomeado no documento, “homossexuais, lésbicas, prostitutas e travestis”.

Relacionamos a descrição dessa rede como um exemplo dos usos de Foucault feitos pela historiografia brasileira especializada no período da ditadura civil-militar. Falando na USP no mesmo período que foi “objeto de estudo” de historiadores, Foucault (2024, p. 113) tematiza o funcionamento dessas redes de poder, ao comentar sobre o fascismo:

[...] o fascismo [...] ele se valeu da medicina e da psiquiatria, como sabemos; explorou o status secular, até mesmo milenar, da mulher, que foi considerada – por quanto tempo! – como reprodutora biológica ou escrava doméstica. O fascismo utilizou, dentro do tecido social, os corpos sociais onde se estabeleceu, todas as divisões que já existiam, todas as divisões de marginalização relativas à raça, à doença, às anomalias – anomalias sexuais, a marginalização da delinquência, e assim por diante.⁵

Ou seja, a historiografia sobre as sexualidades dissidentes na ditadura civil-militar brasileira, apesar de se basear na tese da “repressão sexual”, apoiou-se bastante, também, na concepção de Foucault de “micropoderes”, a qual ele trabalha, por exemplo, em *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (Foucault, 2005b), que havia sido lançado em fevereiro de 1975, na França. Em São Paulo, Foucault (2024, p. 111-112) retoma o que havia escrito sobre a necessidade de realizarmos um deslocamento: não privilegiar somente as grandes formas institucionais do poder, o Estado e os seus aparelhos, a burocracia ou a tecnocracia. Assim, a questão do poder deveria ser colocada, em igual medida, em relação a um nível infinitesimal, fazendo um aceno aos diversos Maiores de 68 ocorridos ao longo do globo. Ou seja, agora deveríamos prestar atenção, também, nas relações de ensino, nas instituições universitárias, bem como nas relações sexuais e matrimoniais, na partilha entre o normal e o anormal, na relação que se estabelecia entre a saúde e a doença e na distinção entre a razão e a loucura.

A noção foucaultiana de discurso, dessa maneira, relaciona-se com a sua concepção de “dispositivo da sexualidade” e com o espaço que a resistência ganha dentro dele, em *A vontade de saber*. Aqui, é fundamental lembrarmos que a incitação para se falar sobre o sexo, que Foucault encontra na modernidade, implica a catalogação e a produção das sexualidades polimorfas, a incorporação das perversões e uma nova especificação dos indivíduos: “O século XIX e o nosso foram, antes de mais nada, a idade da multiplicação: uma dispersão de sexualidades, um reforço de suas formas absurdas, uma implantação múltipla das “perversões”. Nossa época foi iniciadora de heterogeneidades sexuais.” (Foucault, 2007, p. 38).

Tudo isso nos faz lembrar que o ato de nomeação sempre implica violência, como Foucault (2008b) já havia defendido sobre Nietzsche em outra visita ao Brasil. No curso na USP, Foucault (2024, p. 110) insiste que precisamos ser nietzschianos, dado que, para refletir sobre a produtividade das relações de poder: “Marx nos deixa perplexos e Freud nos deixa sem palavras”⁶. Nesse sentido, retomamos as observações de Yuri Fraccaroli (2022, p. 46) sobre as sexualidades dissidentes no Brasil nos anos de 1970 e 1980, principalmente a sua crítica ao uso do termo “homossexualidades” para cobrir todas as experiências sexuais dissidentes no já comentado *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, dado que esse ato de nomear produz violências e exclusões:

No que concerne à terminologia elegida pelo texto temático presente no relatório final da cnv, é evidente o descompasso entre a categoria escolhida («homossexualidades») e as expressões utilizadas pelos testemunhos para se referirem a si mesmos ou a terceiros (pintosas, entendidos, bichas, travestis, transformistas, etc.). Essa diferença levanta certas dúvidas sobre a afirmação de que o conceito de «homossexualidades» seria o entendimento hegemônico à época e de que travestis e transexuais eram então compreendidas como formas de homossexualidades. Nesta incisiva afirmação, faltaria um sujeito a quem atribuir tal entendimento. Em síntese: entendidas assim por quem?

⁵ Texto original: “[...] le fascisme [...] Il y a eu une utilisation de la médecine et de la psychiatrie par le fascisme, on le sait bien ; il y a eu utilisation par le fascisme d’un statut séculaire, millénaire même, de la femme considérée – combien de temps ! – comme reproductrice biologique ou esclave domestique. Le fascisme a utilisé dans le corps social, les corps sociaux où il s’est établi, tous les partages qui avaient déjà été faits, tous les partages de marginalité concernant les races, concernant les maladies, concernant les anomalies – anomalies sexuelles, marginalité de la délinquance, etc”.

⁶ Texto original: “Marx nous laisse embarrassés et Freud nous laisse sans voix”.

Torna-se fundamental, para Fraccaroli (2022, p. 46), criticar o ato de “[...] dar primazia aos entendimentos elaborados pelo aparato de repressão em detrimento das expressões e entendimentos dos indivíduos dissidentes sobre si mesmos”. O ato de nomear, nesse outro contexto, tem como significado escapar do controle e da patologização, produzindo resistências. Mesmo que o autor não faça referência a Foucault em seu texto, lembramos aqui de uma passagem de *A vontade de saber*, na qual Foucault (2007, p. 96-97) destaca a inversão do sentido dos próprios termos médicos, quando utilizados pelos sujeitos ditos perversos, explicitando que os discursos estão a todo o momento em disputa:

Ora, o aparecimento, no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de toda uma série de discursos sobre as espécies e as subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e “hermafroditismo psíquico” permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de “perversidade”; mas, também, possibilitou a constituição de um discurso “de reação”: a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua “naturalidade” e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico. Não existe um discurso do poder de um lado e, em face dele, um outro contraposto. Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força.

Essa conexão entre Foucault e a produção intelectual no Brasil não se dá somente pela via das contribuições e dos usos do primeiro pela segunda. Em resenha para a já mencionada obra *Foucault in Brazil*, de Hoffman, Jade Gonçalves Roque e Felipe Ramos Garcia (2024, p. 7) indicam o que acreditam ser o grande destaque do livro:

Não apenas o filósofo se referiu várias vezes ao período de suas estadas no Brasil – tanto para complexificar diagnósticos e discussões (Hoffman, 2024, p.130-131) quanto para fazer denúncias (Hoffman, 2024, p.95) –, como também é possível sugerir que o primeiro volume de *História da sexualidade*, que começou a ser escrito em 1974 (Elden, 2017, p.157) e que, notadamente, em sua crítica à hipótese repressiva procura superar o horizonte freudo-marxista, foi influenciado pela convivência e interlocução com o universo intelectual brasileiro, caracterizado, tal como escreveu Foucault a Defert, pela mobilização de “Freud e Marx ao infinito” (Hoffman, 2024, p.119). Em 1976, Foucault traz ao Brasil as provas de seu livro prestes a ser lançado e as entrega a Roberto Machado e Chaim Samuel Katz, que será o autor da primeira resenha de *A vontade de saber* (Hoffman, 2024, p.101).

Assim, se a historiografia brasileira se apropriou dos conceitos foucaultianos para analisar o período da ditadura civil-militar e a patologização das sexualidades dissidentes, levamos a sério o que Hoffman (2024) defende sobre o impacto que a ditadura brasileira e os contatos com os intelectuais brasileiros tiveram em Foucault para reorganizar suas reflexões sobre o poder, em especial para reelaborar a sua crítica à “hipótese repressiva”. Se Hoffman (2024) inseriu “[...] efetivamente o escopo das visitas de Foucault ao país na trama de sentidos mais ampla da trajetória intelectual do próprio filósofo” (Roquel; Garcia, 2025, p. 2), o nosso próximo objetivo, então, será compreender em que medida o próprio Foucault, em sua estadia no Brasil, foi perpassado pelos mecanismos da vigilância militar brasileira, tendo ele mesmo sido compreendido como um corpo a ser vigiado em São Paulo.

4 UM CORPO SOB VIGILÂNCIA: FOUCAULT E A DITADURA BRASILEIRA

Michel Foucault esteve no Brasil em cinco ocasiões: 1965, 1973, 1974, 1975 e 1976, todas ocorridas durante a ditadura civil-militar brasileira (Rodrigues, 2016). Sua quarta viagem ao país ocorreu em outubro de 1975, já sob um cenário político marcado por maior endurecimento do regime. Nesse ponto do texto, propomos retomar Michel Foucault a partir da leitura de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2019), em diálogo com a releitura metodológica desenvolvida por uma das autoras deste artigo (Amorim, 2024) sobre episódios biográficos específicos do filósofo – com especial atenção à sua viagem ao Brasil em 1975.

Ao eleger o corpo como ponto de partida da escrita biográfica, partimos da hipótese de que a elaboração do pensamento não se dá à margem das experiências corporais que o atravessam. Essa perspectiva confronta diretamente a tradição historiográfica que, ao isolar o conceito da carne, acaba por produzir silêncios sobre a materialidade da existência. É precisamente nesse tensionamento que Albuquerque Júnior (2019, p. 250-251) situa sua reflexão, denunciando o distanciamento entre o *corpus* teórico e a corpo pulsante ao afirmar que:

[...] entre as carnes de Michel Foucault, entre seus corpos (sim, ele fabricou muitos, com carne, tinta e outros materiais e artefatos) e o seu corpus filosófico e historiográfico. [...] Mas, e se Michel Foucault aprendeu com suas práticas corporais parte daquilo que está em seus livros, artigos, conferências? [...] Como é possível tratar dos textos que escreveu sobre o tema das práticas de liberdade e não abordar a liberdade que constrói através de dadas práticas, em que investiu suas carnes e virou e desvirou seu rosto e seu corpo, colocando-os, muitas vezes, em perigo, em risco? Como é possível falar de práticas de liberdade, sem falar das práticas concretas do filósofo, em que suas carnes entraram em linhas de fuga, em que movido pelos desejos simulou novos territórios subjetivos e existenciais, fabricou novos corpos?

O Foucault mobilizado neste artigo é de um corpo que foi exposto à vigilância e, ao mesmo tempo, implicado em gestos concretos de resistência. O ponto de partida é, portanto, o corpo como tessitura e discurso. O discurso, dessa forma, não aparece como algo separado do corpo, mas como uma de suas formas de inscrição histórica. Um Foucault que não visa à unicidade, mas que se (re)constrói nas viagens e dobras de um passado que ainda ressoa no presente, especialmente quando confrontado com as malhas de poder da ditadura militar brasileira daquele período e o autoritarismo conservador de nossa contemporaneidade.

Nesse sentido, retomemos os fatos: em 1965 e no início da década de 1970, Michel Foucault circulou principalmente pelos espaços acadêmicos como professor convidado e conferencista. Em 1975, porém, o cenário era outro. O país vivia um momento de endurecimento da ditadura, e a presença do filósofo passou a se dar sob um clima de tensão e vigilância. É nessa viagem, segundo Daniel Defert (1999, p. 43), que Foucault tem a sensação de estar sendo seguido – vigiado.

No texto *De silêncio a protesto público: Foucault na Universidade de São Paulo em 1975*, Marcelo Hoffman (2019) aborda algumas hipóteses que levaram Michel Foucault a manter o silêncio em suas passagens anteriores ao país, considerando a fama de militante político que acompanhava o intelectual. Para o Hoffman (2019, p. 323), o silêncio pode ter ocorrido pelos motivos abaixo:

Pode ser que Foucault não tivesse o contexto para um envolvimento político no Brasil, bem como um profundo conhecimento da situação, mas ele sabia o suficiente sobre os contornos mais amplos dessa situação para proteger seus interlocutores permanecendo em silêncio. Sabemos a partir da afirmação acima que Foucault tinha tomado conhecimento sobre a violência da ditadura em conversas particulares com esses interlocutores. Ele também poderia ter ficado sabendo sobre a tortura no Brasil ainda na França. Talvez a melhor indicação de que Foucault adotou uma postura de silêncio para proteger os seus interlocutores da violência da ditadura surgiu dos motivos declarados para as suas afirmações de um silêncio contínuo. [...] na FAU-USP para evitar a ameaça à totalidade dos seus interlocutores brasileiros de detenção, prisão, tortura, desaparecimento.

Esse silêncio não pode ser lido como omissão, mas como uma tomada de posição orientada pela percepção dos riscos que a ditadura impunha aos seus interlocutores brasileiros, como ressaltou Hoffman na citação acima. Longe de ser um descaso, esse silêncio pode ser lido como uma ética da proteção, considerando que Foucault compreendia que, em um regime de exceção, a fala do intelectual estrangeiro poderia se tornar o gatilho para a tortura de seus hospedeiros brasileiros. O rompimento dessa postura em 1975, portanto, não é apenas uma mudança de opinião, mas o reconhecimento de que o limite da tolerância havia sido ultrapassado com as prisões em massa na USP e, conseqüentemente, as torturas oriundas dessas detenções.

Diante disso, vale ressaltar que, na primeira passagem de Foucault, em 1965, seu curso foi abruptamente interrompido. Como recordou seu companheiro, Daniel Defert (1999, p. 18), naquela ocasião, “[...] a turnê de conferências prevista é interrompida pelos golpes de força que, de uma semana para outra, fortalecem a posse dos marechais e que, em breve, irão caçar seus amigos de suas funções ou exilá-los”. A situação ocorreu durante a instauração do Ato Institucional 2 (AI-2) que ampliou de forma significativa os poderes do chefe de Estado, autorizando a cassação de mandatos eletivos em todas as esferas e a suspensão dos direitos políticos de cidadãos por um período de até dez anos. O dispositivo também previa a decretação do estado de sítio por até 180 dias, sem a necessidade de consulta ao Congresso Nacional.

O retorno à USP ocorreu dez anos depois de sua primeira passagem pela instituição. Em 1975, o ambiente era marcado pela repressão e pelo medo. Estudantes e professores estavam nas prisões, a presença de agentes infiltrados mantinha a vigilância

constante do cotidiano universitário. Foi nesse contexto que o curso *A genealogia do saber moderno sobre a sexualidade* começou a ser ministrado. A primeira aula aconteceu poucos dias antes da prisão e morte do jornalista Vladimir Herzog, sob um clima de tensão e ameaça permanente.

5 FOUCAULT, A REPRESSÃO E O GESTO DE RESISTÊNCIA

Como já comentamos, a reflexão inaugural apresentada por Foucault no curso foi sobre as relações de poder, os “micropoderes” e a crítica à “hipótese repressiva”, que ressoavam diretamente com a experiência vivida no interior da universidade, onde o poder não se apresentava apenas como instância estatal distante, mas como presença cotidiana e corporal. Como destacam Lorenzini, Fruchaud e Davidson (2024, p. 19),

Em um clima de forte tensão, em 22 de outubro de 1975, a professora Marilena Chauí informa ao movimento estudantil da Universidade de São Paulo que Foucault estava pronto para denunciar a repressão do Estado da qual eles sofriam naquele momento, e que gostaria de saber o que propunham. Os estudantes responderam pedindo que ele anulasse seus cursos, denunciasse a ditadura militar no exterior e expressasse sua solidariedade aos prisioneiros.⁷

Podemos dizer que a repressão do Governo Geisel era tão intensa quanto a luta estudantil contra a repressão. Com isso, Michel Foucault se posicionou pela primeira vez sobre os acontecimentos. Após conversar com o estudante José Castilho Marques Neto decidiu se manifestar na assembleia estudantil da USP no dia 23 de outubro de 1975. Falou para cerca de seiscentos estudantes presentes e leu, em francês, a declaração que havia redigido pouco antes, enquanto José Castilho Marques Neto realizava a tradução para o português (Hoffman, 2019). No discurso⁸, Foucault afirmou a impossibilidade de praticar o ensino e o pensamento em um contexto de violência institucional. Denunciou a repressão, as prisões e a presença das forças armadas no interior da universidade. Esse pronunciamento pode ser lido à luz da primeira aula do curso interrompido de Foucault na USP, em que desloca a análise do poder das grandes formas institucionais para uma dimensão mais imediata e física. A universidade não é um espaço separado da ordem política, mas um terreno no qual o pensamento depende de condições concretas de liberdade.

Quando a violência atravessa o cotidiano universitário, o ensino deixa de ser possível. Essa viagem ao Brasil não marca apenas um episódio biográfico, mas evidencia como a ditadura presenciada por Foucault se inscreve diretamente nas práticas intelectuais e corporais, restringindo a circulação dos discursos. Ao redigir e ler sua declaração no interior da assembleia, Foucault expôs o próprio corpo a uma situação de vigilância e risco, transformando o gesto intelectual em acontecimento político. Isso demonstra que o gesto não é exterior à reflexão teórica, como defendemos anteriormente na reflexão de Albuquerque Júnior, em que não podemos separar o pensamento de Foucault daquilo que suas carnes experienciaram. O poder aparece como algo que opera nas relações ordinárias, nos espaços institucionais e nos corpos, tornando indissociáveis à política.

O discurso de Foucault, realizado naquela assembleia em 1975, deixa de ser uma expressão neutra de ideias para se tornar uma prática de subversão. Ao ressaltar a impossibilidade de ensinar, falar e produzir diante da violência institucional, o filósofo transforma o próprio ato de fala em um gesto de intervenção diante do funcionamento da universidade. O discurso não se limita a descrever a repressão em curso, mas opera como uma prática que rompe com a normalidade acadêmica imposta pela vigilância e pela violência estatal.

⁷ Texto original: “Dans ce climat très tendu, le 22 octobre 1975, la professeure Marilena Chauí informe le mouvement étudiant de l’Université de São Paulo que « Foucault était prêt à dénoncer la répression de l’État » qu’ils souffraient alors, et qu’il aimerait savoir ce qu’ils proposaient. Les étudiants répondent en lui demandant « d’annuler ses cours, de dénoncer la dictature militaire à l’étranger et d’exprimer sa solidarité avec les prisonniers »”.

⁸ Discurso integral: “Muitas dezenas de estudantes e professores da USP foram recentemente presos. Talvez sejam torturados — se é que já não o estão sendo neste momento. Suas vidas estão ameaçadas. Uma universidade que não é plenamente livre não passa de uma empresa de servilidade. Não dá para lecionar sob o tacão das botas; não dá para falar diante dos muros das prisões; não dá para estudar quando as armas ameaçam. A liberdade de expressão e de pesquisa são sinais de garantia da liberdade dos povos. Na defesa dos direitos, na luta contra as torturas e a infâmia da polícia, as lutas dos trabalhadores intelectuais se unem às dos trabalhadores manuais. A Universidade de São Paulo sabe que sua luta de hoje relaciona-se à luta pela liberdade em todos os países do mundo. Presto minha homenagem à sua coragem e me associo de bom grado às decisões que vocês possam tomar para conseguir que a justiça aqui não seja uma palavra ultrajada” (Marques Neto, 2017).

Na manhã do dia 24 de outubro de 1975, o jornal *Folha de São Paulo* noticiou em uma deliberação (1975) que o professor Michel Foucault havia se pronunciado em apoio aos estudantes durante assembleia e manifestado a intenção de suspender suas atividades acadêmicas. Sob o regime de censura, a grande imprensa tratou o gesto do filósofo de maneira discreta e pontual. Em sentido oposto, entre os estudantes, a repercussão foi imediata: panfletos com o discurso de Foucault passaram a circular pela universidade. O contraste evidencia os modos diferenciados de circulação dos discursos em contextos autoritários, nos quais a luta política exige a invenção de vias alternativas de expressão no interior dos próprios dispositivos de poder.

O jornal *EX*⁹ conhecido pelo seu viés militante e de denúncias contra a ditadura civil-militar divulgou na íntegra o discurso realizado com o título: *Uma aula de Fucô* (1975). No dia 25 de outubro de 1975, ocorreu a prisão e morte de V. Herzog confirmando a gravidade da situação. Como já informamos, Foucault cancelou suas atividades acadêmicas no Brasil, o curso na USP foi interrompido, e essa interrupção não se configura como um gesto abstrato, mas como uma recusa diante da violência de Estado. Afinal, desde sua primeira viagem ao Brasil, demonstrou interesse nas experiências intelectuais dos estudantes, por reconhecer nesse grupo uma potência de reinvenção das formas de perceber o mundo. Destacou que os estudantes brasileiros – assim como os tunisianos – eram ávidos por conhecimento (Defert, 1999, p. 39). Foucault compareceu à celebração ecumênica realizada para Herzog. Segundo seu amigo, o filósofo brasileiro, Roberto Machado (2017, p. 124):

[...] no dia 31, antes de vir para o Rio, assiste à celebração ecumênica, considerada um marco da luta pela redemocratização do Brasil. Presidida pelo cardeal de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns na Catedral da Sé, também participam o rabino Henry Sobel que determinou o enterro do corpo de Herzog no centro do cemitério judaico, para marcar a posição contrária à tese de suicídio — e o pastor protestante presbiteriano Jaime Wright, “o pastor dos torturados”, além de mais de oito mil pessoas. Foucault admira o cardeal que saúda os presentes dizendo: “Shalom, shalom!”, sem temer os militares armados na praça e os policiais dentro da igreja, vendo nessa atitude uma grandeza, uma força, um peso histórico gigantesco.

6 A VIGILÂNCIA SOBRE FOUCAULT: O DOSSIÊ DO SNI E O CORPO VIGIADO

Como o próprio filósofo desconfiava, seu corpo estava sendo vigiado, ou seja, seus deslocamentos e atividades estavam sendo monitorados e documentados pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). A materialidade dessa vigilância pode ser observada no dossiê de dezesseis páginas elaborado pelo SNI. Ele reúne dados sobre a passagem de Foucault pelo Brasil, registros administrativos da USP e a transcrição integral do discurso dirigido aos estudantes. Esse conjunto documental evidencia os esforços do Estado em acompanhar, classificar e enquadrar a presença do filósofo no país (Amorim, 2024).

A análise minuciosa realizada no documento revelou a tentativa do Estado em classificar e enquadrar a perigosidade de Foucault. O olhar do(s) agente(s) infiltrado(s) não se detinha apenas ao conteúdo das falas, mas também à repercussão internacional de sua presença, bem como sua suposta filiação política a correntes “anti-marxistas”. Essa rotulação burocrática pode ser vista como a expressão máxima do micropoder agindo sobre o indivíduo: o Estado tenta capturar a subjetividade do filósofo através de fichas e carimbos, enquanto o corpo de Foucault, em contrapartida, escapa dessas definições ao se posicionar ao lado dos estudantes.

Paralelamente, Foucault “[...] é informado pelos Serviços Diplomáticos franceses que está sob a proteção destes

⁹ O jornal sofreu perseguições e seus exemplares eram retirados de circulação. Mais informações sobre a atuação do jornal, ver mais em Documentos Revelados (2012)..

” (Defert, 1999, p. 43). Isso indica a existência de um conflito diplomático em jogo, que pode ter contribuído para a ausência de qualquer tentativa de violência física ou de prisão envolvendo o filósofo, ainda que haja especulações acerca da possível expedição de um documento de expulsão do país. A documentação produzida pelo SNI constitui a materialidade de uma experiência de vigilância que, ao sentir a presença da repressão cotidiana, decide converter seu suposto “silêncio” estratégico em discurso público. O dossiê elaborado através do monitoramento de seus passos evidencia que, para a ditadura, Foucault não era apenas um intelectual, mas um agente cuja presença corporal e discursiva ameaçava a normalidade institucional da universidade sob o regime de exceção.

O ato de escrever e ler uma declaração em apoio aos estudantes e a subsequente participação no culto ecumênico de V. Herzog marcam o momento em que o corpo biográfico e o pensamento se fundem em um acontecimento político de resistência. Foucault testemunhou a força de uma resistência que, embora cercada por militares armados na Catedral da Sé, operava por meio de rituais de solidariedade e verdade. Essa vivência do luto coletivo e da violência institucionalizada permitiu que o intelectual experimentasse, na prática, que a dominação não se limitava ao aparelho de Estado, mas se organizava por uma malha de micropoderes que atingiam a vida cotidiana e a produção do saber.

A interrupção do curso não foi uma fuga, mas uma recusa ética de compactuar com a disciplinaridade e a violência em curso. Foucault estabelece, assim, que a circulação do discurso depende de condições materiais e corporais de existência. O fragmento biográfico abordado nos permite ver que o filósofo vivenciou, em partes, os limites do que estava pesquisando. Diante dos ocorridos – o discurso na assembleia e o monitoramento do SNI – identificamos um Foucault cujo pensamento emerge das entranhas de um contexto autoritário que tentou, sem sucesso, silenciar a potência de seu gesto. Portanto, a viagem de 1975 ao Brasil permite compreender Foucault como um corpo político.

O corpo se torna o ponto de partida para a prática de liberdade. Essa experiência no Brasil não foi apenas um cenário para a exposição de ideias, mas um campo de prova para sua própria análise do poder. Ao conectarmos os fragmentos biográficos, desde a sensação física de ser seguido até o gesto radical de interrupção do curso, percebemos que a vigilância do Estado não operou apenas como uma situação externa. Ela se inscreve na “carne” do filósofo, forçando-o a abandonar o lugar seguro da cátedra para ocupar o espaço de risco na assembleia estudantil.

Esse episódio biográfico não se encerra como um acontecimento datado, circunscrito ao contexto da ditadura brasileira, mas projeta questões que atravessam o próprio tempo histórico e biológico de Foucault e alcançam o nosso. A vigilância e a violência institucional nos espaços de pensamento não são exceções, mas formas recorrentes de organização do poder, capazes de se atualizar em diferentes regimes políticos. A experiência vivida na USP inscreve no corpo do filósofo aquilo que sua reflexão teórica destaca: o poder que opera de maneira disciplinar, produzindo sujeitos, delimitando discursos e modulando a vida cotidiana. E devemos ficar sempre atentos e prontos para resistir, afinal, em nossa contemporaneidade as formas de dominação continuam atravessando os corpos e as palavras.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações finais, recorreremos novamente à “Primeira Aula” do Curso na USP, em 1975, quando Foucault (2024, p. 109) fala da questão do poder “[...] tal como ela continua hoje ser colocada na realidade do mundo contemporâneo, ou seja, aproximadamente desde o período pós-guerra de 1945”¹⁰. É nesse momento que ele menciona as lutas pela independência dos países colonizados:

¹⁰ Texto original: “[...] telle qu'elle continue à être aujourd'hui posée dans la réalité du monde contemporain, c'est-à-dire en gros depuis l'après-guerre de 1945”.

Por que essa questão da dependência passou a ser colocada ao lado da antiga e tradicional questão proposta pelo marxismo, a saber, a da exploração? Por que essa questão do poder e da subjugação passou a se juntar à questão da exploração, a ser colocada no mesmo nível que ela e, talvez, eventualmente, até mesmo acima dela? [...] Quem pode dizer, por exemplo, se a primazia dada às lutas pela independência nacional faz ou não parte, como tática provisória, de um processo genuinamente revolucionário? ¹¹ (Foucault, 2024, p. 109-110).

Foucault encarava essas questões como um problema político imediato, isso porque a partir dos “micropoderes” poderiam surgir discussões que diziam respeito à validade do modelo soviético e ao próprio significado atribuído à resistência nos Estados socialistas. Mas essas questões também concerniam aos movimentos revolucionários presentes nos países capitalistas. Foucault (2024, p. 116) indaga a plateia de um país que passava por uma luta de resistência revolucionária armada:

[...] o objetivo primordial deveria ser a conquista do aparato estatal ou a destruição sistemática e prévia dessas relações de poder multifacetadas? Isso também levanta a questão dos tipos de organização a serem dados aos movimentos revolucionários: deveriam eles manter uma estrutura partidária autoritária, que corre o risco de perpetuar todos esses mecanismos de micropoder? Como deveriam ser organizados? Que papel deveriam desempenhar a sexualidade, a família, a delinquência etc., dentro desses movimentos? Todos esses são problemas, todos esses problemas de urgência imediata, que estão sendo colocados, creio eu, atualmente e que constantemente reavivam a questão do poder. ¹²

A pergunta que Foucault elabora, no século XX no Brasil, parece ressoar os preceitos éticos do militância revolucionário no século XIX e sua vertente anarquista, aos quais ele voltaria a falar em seu último curso dado no *Collège de France*, em 1984: *A coragem da verdade* (Foucault, 2011, p. 161-165). Essa problemática, infelizmente, não afligiu somente a geração de Foucault ou o período da ditadura civil-militar brasileira, dado que ela chega até a nossa atualidade, mas com continuidades e descontinuidades marcantes. Por exemplo, acompanhando os argumentos de Donhauser e Mizoguchi (2024, p. 13), em *A hipótese não repressiva: ditadura militar e produção de subjetividades*, compreendemos como funcionava o caráter produtor do discurso da vigilância e que atingiu, de forma bastante diferenciada, os corpos de Foucault e Herzog:

Não é que a circulação do discurso será impedida, barrada; isso acontecia, é verdade, mas há um outro aspecto extremamente importante do período militar que consistia em infiltrar agentes, acompanhar as movimentações dos subversivos, incitá-los a falar, registrar cada passo, o número de pessoas que formam o grupo e o nome de cada um, seus codinomes, como a rede se organiza, quem são os contatos de outros grupos, quais os horários de maior atuação, os lugares de encontro, a função que cada um exerce; produção de relatórios, organização de mapas, deslocamento de equipes, controle; as prisões e detenções em massa –estas, absolutamente necessárias, pois não basta acusar de ser um subversivo, de ser uma ameaça, é preciso submeter cada um a um efeito de subjetivação, fazer a passagem da condição de cidadão para a condição de subversivo, de inimigo. Nesse sentido, as prisões, detenções e interrogatórios são menos para reprimir e muito mais para fazer falar o subversivo de saída tomado como culpado e inimigo. Há excitação e prazer nisso tudo, um gozo perverso imanente a toda essa prática.

Nos anos de 1970, falar o mínimo possível fazia parte das táticas adotadas pelos perseguidos. No presente, como defende Fraccaroli (2022, p. 48), é preciso escapar do arquivo histórico somente produzido pelo discurso institucional do Estado e, nós acrescentamos, da proliferação discursiva que tornava as sexualidades dissidentes perversas. Ressaltando os deslocamentos produzidos pelas perspectivas historiográficas queer e decoloniais, ele defende: “[...] parece-me mais adequado engajar-nos cada vez mais com espaços e práticas afeitos não apenas à enunciação, mas também à escuta. Valeria recordar a importância dos testemunhos nas comissões da

¹¹ Texto original: “Pourquoi cette question de la dépendance est-elle venue prendre rang à côté de la vieille question traditionnelle posée par le marxisme, et qui était celle de l’exploitation ? Pourquoi cette question du pouvoir et de l’assujettissement est-elle venue rejoindre la question de l’exploitation, se placer sur la même ligne qu’elle et peut-être, éventuellement, en avant d’elle ? [...] Qui pourra dire, par exemple, si la primauté donnée aux luttes pour l’indépendance nationale fait ou non partie à titre de tactique provisoire d’un processus authentiquement révolutionnaire?”.

¹² Texto original: “[...] est-ce que l’objectif premier doit être la conquête de l’appareil d’État ou la destruction systématique et préalable de ces rapports multiformes de pouvoir ? Ça pose également la question des types d’organisation à donner aux mouvements révolutionnaires : faut-il leur conserver une structure autoritaire de parti, qui risque de reconduire tous ces mécanismes de micropouvoir ? Comment doit se faire leur organisation ? Quel rôle à l’intérieur de ces mouvements doivent jouer la sexualité, la famille, la délinquance, etc. ? Ce sont tous ces problèmes, tous ces problèmes d’urgence immédiate qui sont posés, je crois, actuellement et qui relancent sans cesse le problème du pouvoir”.

verdade nos países da América Latina”. O silêncio e a escuta dos intelectuais aqui nos parecem fundamentais, tal como foram a Foucault no Brasil (Hoffman, 2019, 2024) ou em sua ética intelectual adotada anos antes com seu Grupo de Informações sobre as Prisões (GIP) na França, no início dos anos de 1970, que revelou a falta de dignidade de falar pelos outros (Artières, 2011).

Hoje, no Brasil, ainda nos deparamos com a incômoda pergunta: “Como discutir sobre a ditadura enquanto uma de suas principais instituições, a Polícia Militar, segue presente e lidamos ainda com sua herança social e política?” (Fraccaroli, 2022, p. 49). Se Foucault falou no Brasil, no contexto da ditadura civil-militar, que o fascismo se disseminou porque fazia funcionar os “micropoderes” que já circulavam por todo o campo social nas democracias ocidentais, tanto o Curso na USP quanto o fato do próprio Foucault ser produzido como um corpo vigiado nos convida, primeiro, a inverter a pergunta feita por ele sobre o fascismo: o que ressoava da ditadura civil-militar na redemocratização brasileira que ainda continua a ressoar em nossa atualidade? Em segundo lugar, a realizar uma adaptação em sua indagação sobre as lutas nacionais pela independência dos países colonizados: quem pode dizer, em nossa atualidade, se a primazia dada às lutas pela desnaturalização da raça, do gênero, da sexualidade e da colonialidade faz ou não parte, como tática provisória, de um processo genuinamente revolucionário?

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. *A vigilância dos corpos: por uma biografia fragmentada de Michel Foucault*. 2024. 120f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/298627>. Acesso em: 28 ago. 2026.

ARIËS, P. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ARTIÈRES, P. Fazer a experiência da fala. In: FOUCAULT, M. *O belo perigo: conversa com Claude Bonnefoy*. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 13-28.

ARTIÈRES, P. Uma política menor: o GIP como lugar de experimentação política. In: CASTELO-BRANCO, G.; VEIGA-NETO, A. (org.). *Foucault: filosofia e política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 319-331.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. As viagens e as viragens da carne: o corpo como espaço de práticas de liberdade ou corporificando Michel Foucault. In: BUTTURI JUNIOR, Atilio; CANDIOTTO, Cesar; SOUZA, Pedro de; CAPONI, Sandra. (orgs.) *Foucault e as práticas de liberdade I: o vivo e os seus limites*. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 249-272, 2019.

GREEN, J. N.; QUINALHA, R. Ditadura e homossexualidades. In: BRASIL Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: textos temáticos*. Brasília, DF: Comissão Nacional da Verdade, 2014 (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v. 2). p. 299-311.

MARQUES NETO, J. C. No táxi com Michel Foucault: memórias de um estudante de filosofia aos 22 anos. *Revista Cult*, n. 225, jul. 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/no-taxi-com-michel-foucault/>. Acesso em: 30 abr. 2026.

DEFERT, D. Cronologia. In: FOUCAULT, M. *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria, psicanálise*. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999. (Ditos & Escritos, v. 1). p. 1-64.

DOCUMENTOS REVELADOS. Jornal EX, imprensa alternativa na ditadura. *Documentos Revelados*, 6 fev. 2012. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/jornal-ex-imprensa-alternativa-na-ditadura/>. Acesso em: 13 set. 2026.

DONHAUSER, L.; MIZOGUCHI, D. A hipótese não repressiva: ditadura militar e produção de subjetividades. *Mnemosine*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 3-29, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/85811>. Acesso em: 12 set. 2026.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

- FOUCAULT, M. *A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II – curso no Collège de France (1983-1984)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005a.
- FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1992.
- FOUCAULT, M. *Dits et écrits: 1954-1988*. Paris: Gallimard, 1994.
- FOUCAULT, M. *História da loucura: na idade clássica*. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- FOUCAULT, M. La généalogie du savoir moderne sur la sexualité. In: FOUCAULT, M. *Généalogies de la sexualité*. Paris: Vrin, 2024. p. 105-123.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005b.
- FRACCAROLI, Y. Dissidentes sexuais e de gênero e a ditadura civil-militar brasileira. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, v. 31, n. 1, p. 25-53, 2022. Disponível em: <https://rucp.cienciassociales.edu.uy/index.php/rucp/article/view/505>. Acesso em: 27 ago. 2026.
- GREEN, J. N.; QUINALHA, R. (org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2014.
- HOFFMAN, M. De silêncio a protesto público: Foucault na Universidade de São Paulo em 1975. In: BUTTURI JUNIOR, A.; CANDIOTTO, C.; SOUZA, P.; CAPONI, S. (org.). *Foucault e as práticas de liberdade II: topologias políticas e heterotopologias*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 315-328.
- HOFFMAN, M. *Foucault in Brazil: dictatorship, resistance, and solidarity*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2024.
- LORENZINI, D.; FRUCHAUD, H. P.; DAVIDSON, A. I. Introduction. In: FOUCAULT, M. *Généalogies de la sexualité*. Paris: Vrin, 2024. p. 7-49.
- MACHADO, Roberto. *Impressões de Michel Foucault*. São Paulo: n-1 Edições, 2017.
- RODRIGUES, H. B. C. *Ensaio sobre Michel Foucault no Brasil: presença, efeitos, ressonâncias*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

ROQUE, J. G.; GARCIA, F. R. A resistência em Foucault, revisitada: resenha do livro *Foucault in Brazil – Dictatorship, Resistance, and Solidarity*, de Marcelo Hoffman (University of Pittsburgh Press, 2024). *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 1-12, 2025. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/66301>. Acesso em: 28 ago. 2026.

UMA AULA de Fucô. *Jornal EX-16*, São Paulo, p. 2, 16 nov. 1975. Disponível em: https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2021/02/jornal_EX_16_novembro_1975.pdf. Acesso em: 26 ago. 2026.

VIEIRA, P. P. *A coragem da verdade e a ética do intelectual em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2015.



Recebido em 30/04/2026. Aceito em 26/09/2026.

Publicado em 15/10/2026.